

GILBERTO ANDREASSA JUNIOR

PRECEDENTES JUDICIAIS
E
COLEGIALIDADE

A REFORMA NO PROCEDIMENTO DELIBERATIVO
DOS TRIBUNAIS COMO PRESSUPOSTO PARA UMA
EFETIVA APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS

2.^a Reimpressão

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth
 Revisão: Amanda Carolina Cegatti e Marina Grandi Giongo.
 Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

1191595

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Andreassa Junior, Gilberto. Precedentes judiciais e colegialidade: a reforma no procedimento deliberativo dos tribunais como pressuposto para uma efetiva aplicação dos institutos / Gilberto Andreassa Junior. – Londrina, PR: Thoth, 2021.
 2.ª Reimpressão.

234 p.

Bibliografias: 197 - 214
 ISBN 978-65-5959-026-1

1. Justiça civil. 2. Política judiciária. 3. Precedentes. 4. Procedimento deliberativo.
 I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático
 1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15

CAPÍTULO I

JUSTIÇA CIVIL BRASILEIRA: DAS ORIGENS LUSAS À ESCOLA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	19
1.1 Processo de formação da justiça civil no Brasil Colonial.....	20
1.2 Justiça civil e a Constituição de 1824 (Brasil Império).....	26
1.2.1 Poder Judiciário e primeiras linhas atinentes ao Processo Civil.....	28
1.3 Justiça civil e a Constituição de 1891 (Brasil República).....	33
1.3.1 Poder Judiciário e novas linhas atinentes ao Processo Civil.....	34
1.4 Justiça civil e a Constituição de 1934 (Segunda República).....	40
1.4.1 Poder Judiciário e a legislação processual.....	41
1.5 Justiça civil e a Constituição de 1937 (Estado Novo).....	43
1.5.1 Código de Processo Civil de 1939.....	45
1.6 Justiça civil e a Constituição de 1946.....	47
1.6.1 Poder Judiciário e a legislação processual.....	48
1.7 Justiça civil e a Constituição de 1967 (Regime Militar).....	50
1.7.1 Código de Processo Civil de 1973.....	54
1.8 Justiça civil e a Constituição de 1988.....	58
1.9 Justiça civil e o Código de Processo Civil de 201.....	61

CAPÍTULO II

PRECEDENTES JUDICIAIS.....	69
2.1 <i>Civil law versus common law</i> : um mundo não tão distante.....	69
2.2 <i>Stare decisis</i>	79
2.2.1 Conceito.....	79
2.2.2 <i>Ratio decidendi e obiter dictum</i>	86

2.2.3 Aplicação, superação e distinção do precedente	91
2.2.3.1 Outras técnicas relacionadas à aplicação dos precedentes	95
2.2.4 Justificativas de um sistema de precedentes.....	96
2.3 A implementação dos precedentes vinculantes no sistema jurídico brasileiro	104
2.3.1 Precedentes nos tribunais	107
2.3.2 Aplicação, distinção e superação do precedente.....	114
2.3.3 <i>Pontos de perigo</i> dos precedentes instituídos no Brasil	121

CAPÍTULO III

ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PROPOSTAS À EFETIVA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....

3.1 O papel do relator nos tribunais	140
3.2 Processo decisório nos tribunais: entre a monocratização e a colegialidade.....	142
3.2.1 O fenômeno da monocratização	142
3.2.2 Colegialidade e deliberação.....	150
3.3 Propostas para um sistema harmônico com a teoria dos precedentes	171

CONCLUSÃO.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

ANEXO	215
(Enunciados do Conselho da Justiça Federal)	215
(Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis)	218
(Enunciados da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).....	232